

**A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL -AMBIENTAL BAÍA  
BABITONGA**

Franciele da Silva Camara<sup>1</sup>  
Patricia de Oliveira Areas<sup>2</sup>

**Resumo:** A proteção do patrimônio ambiental é algo muito relevante, que remete a problemática contemporânea de preservação de fauna e flora e toda biodiversidade envolvida. Neste sentido, a Constituição Federal traz em seus dispositivos a preocupação com a Meio Ambiente expresso no Artigo 225 e também com os bens culturais assegurados respectivamente nos Artigos 215, 216 e seus parágrafos. Dessa maneira, o presente artigo trata da proteção ambiental enquanto patrimônio cultural, uma vez que, para existir a proteção do bem cultural deve ser assegurado primeiramente o meio em que se esse se encontra. Assim, tanto no meio urbano, quanto no rural, na floresta ou em qualquer lugar, o lema atual é proteger e garantir o meio ambiente para as presentes e as futuras gerações, assim como proteger a cultura.

**Palavras-chave:** 1. Patrimônio cultural, 2. Patrimônio ambiental, 3. Bens culturais, 4. Baía Babitonga, 5. Meio Ambiente.

**Patrimônio Cultural e Legislação**

O patrimônio cultural assume uma importante missão, que é unir vários conceitos e várias áreas, mostrando sua característica multidisciplinar. Chuva pontua:

[...] o consenso em torno da multidisciplinaridade que caracteriza o campo- todos reconhecem que nenhuma área de conhecimento é capaz de dar conta de todos os aspectos que envolvem o trabalho com o patrimônio cultural [...] na atualidade, o campo de patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social. (2012, p.152)

Em cenário nacional, a inquietação a cerca de bens culturais tem raízes no século XX, principalmente a partir de 1922 a intitulada “Semana da Arte Moderna”. O evento teve como um dos principais articuladores Mário de Andrade. Segundo Chuva: “É

---

<sup>1</sup>Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade-Universidade da Região de Joinville (Univille)  
E-mail: francielecamara@live.com

<sup>2</sup> Professora no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade-Universidade da Região de Joinville (Univille) E-mail: patricia.areas@univille.br

sabido que, nos anos 30, Mário de Andrade encarnou o papel de agente do poder público para a promoção da cultura brasileira, lançado [...] as bases para ação do Estado na preservação do patrimônio artístico no Brasil [...]” (2012, p. 150). E esse esforço representa uma primeira forma de garantir a aceção de identidades com objetos quaisquer.

Ainda refere essa mesma autora que “Mário de Andrade apontava para uma concepção integral da cultura, na qual concebia patrimônio em todas as vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma atuação integradora.” (2012, p. 151). E essa ação não seria uma garantia a verdadeira proteção ao patrimônio cultural. Era necessário prover instrumentos aptos à proteção do patrimônio cultural.

Dentro dessa perspectiva, parece que Mário de Andrade era um homem a frente de seu tempo. Ele influenciou decisivamente no conceito de proteção do patrimônio cultural. E esse conceito, passadas décadas, foi gradativamente sendo absorvido pela maioria dos teóricos. Por fim, na concepção atual, o conceito de patrimônio cultural pode ser assim resumido, segundo Arantes:

[...] a expressão patrimônio cultural designa o conjunto de bens oficialmente protegidos, tangíveis e intangíveis, que participam da construção do pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social, no âmbito dos processos de formação transformação das nações contemporâneas e das relações internacionais. (2008, p. 01)

Essa conceituação traz além dos bens tangíveis e intangíveis a questão do pertencimento e da identidade com determinado grupo ou sociedade. Dessa forma, os próprios bens que integram o patrimônio cultural se transformam em mecanismos para garantir a existência e o reconhecimento de uma identidade.

Após as movimentações da Semana de Arte Moderna no Brasil, surgiram importantes instrumentos de proteção ao Patrimônio cultural. Dentre eles destaca-se criação do SPAN (Serviço do Patrimônio artístico nacional) e do Decreto-Lei 25/1937. Esse decreto dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, dita o Art. 1º:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Delphim ao estudar a Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural e da Legislação do Patrimônio Cultural comenta que ambas surgiram na década de 30. E mais, indica que esta concepção está fortemente enraizada nas concepções que foram introduzidas no âmbito da Semana de Arte Moderna. Delphim assim refere:

A legislação estabelece que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse publico, por sua vinculação a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. De forma análogo a esses bens, aos quais são equiparados, são considerados os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou agenciados pela industria humana. (2009, p. 167)

Após alguma décadas, durante a retomada democrática, surge a Constituição Federal de 1988. A Carta de Direitos ampliou o conceito de cultura nacional, ampliando os meios definidos para a sua proteção. Na perspectiva absorvida pela Constituição, considera-se patrimônio cultural brasileiro o conjunto dos bens de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da nossa sociedade.

Delphim contribui com este pensamento, ao dizer que:

Foi somente a Constituição Federal da República Federativa de 1988 que definiu, de forma ampla e pormenorizada, o interesse pelo patrimônio natural e cultural do Brasil, em dois diferentes capítulos [...] capítulo sobre o Meio Ambiente [...] Capítulo da Cultura[...]. (2009, p.168)

Seguindo esta lógica, cabe referir o § 1º do art. 215 do texto constitucional. Segundo esse parágrafo, o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de todos os outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Portanto, a proteção do patrimônio cultural envolve não apenas a cultura dominante em uma nação, mas a proteção de todas as culturas existentes em uma nação.

De acordo com o Art. 216 da Constituição Federal:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Neste artigo em comento, no seu caput, diz-se do que é constituído o Patrimônio Cultural podendo ser Material ou Imaterial. Essa reflexão demarca a nova realidade brasileira, que foi a incorporação do patrimônio intangível ou imaterial, por Decreto Federal.

No §1º do Art. 216, dispõe sobre as formas pelas quais se protegerão o Patrimônio Material e Imaterial. Para salvaguardar o Patrimônio Imaterial há o instrumento chamado de Registro, o qual consta no supracitado § 1º do Art. 216 da Constituição Cidadã.

O Registro é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 3.551/2000. Esse documento surgiu do alargamento e aprimoramento da proteção aos patrimônios culturais não contemplados pelo Decreto-Lei nº 25/1937 vulgarmente conhecido por “Lei de Tombamento”, este serve somente para salvaguarda de bens móveis e imóveis, como objetos e casas antigas.

Conforme o Decreto-Lei nº 3.551/2000, o Registro é instrumento que permite o reconhecimento oficial de determinado bem como patrimônio imaterial. Esses bens de natureza imaterial são aqueles descritos pelo decreto em comento, em seu Art. 1º, parágrafo 1º e incisos:

§1ºEsse registro se fará em um dos seguintes livros:

- I- Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III- Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV- Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Para ilustrar alguns exemplos de bens imateriais registrados tem-se: Ofício dos Mestres de Capoeira (Livro dos Saberes) e Roda de Capoeira (Livro de Formas de Expressão) ambos em 2008, levando o título de patrimônio imaterial nacional. Também há Registro em nível Estadual dos patrimônios imateriais, como no caso da Feira de

Caruaru no Pernambuco em 2006 (Livro Lugares), e o Complexo do Bumba-meu-boi no Maranhão (Livro das Celebrações) em 2011, como já referido esses são, apenas alguns exemplos, visto que, atualmente há 38 bens culturais de natureza imaterial, registrados e divididos nacional, estadual, regional e localmente, conforme dados do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na esteira dessa condição, institui-se o compromisso do Estado em documentar, salvaguardar e produzir conhecimento sobre esse bem. É digno de notícia que a Emenda Constitucional nº 71 de 2012, inclui o Art. 216-A. o mencionado artigo que trata do Sistema Nacional de Cultura, o qual preconiza um sistema de colaboração entre entes federados, para que se promova o desenvolvimento humano, social e econômico dos direitos culturais, o artigo ainda estabelece os princípios norteadores do sistema, dentre os quais, se destaca o princípio da diversidade cultural, expresso no Inciso I do artigo supracitado.

No Brasil, fica fácil identificar os diversos patrimônios culturais que se apresentam em cada cidade que se visita. Da mera observação percebem-se traços de colonização e se o povo da cidade preserva tais hábitos. Os museus também revelam objetos relacionados ao passado de cada cidade e o modo como se preserva esse passado. O imaterial também se apresenta, nas celebrações, formas e expressões assim como os lugares, bem como preconiza Pierre Nora (1993), quando escreve sobre os lugares de memória. Dentro desse contexto, cabe ainda a proteção do patrimônio natural. Sobre o patrimônio natural discutir-se-á no próximo item Baía Babitonga na parte de São Francisco do Sul e instrumentos legais de proteção.

### **Um Patrimônio Ambiental sustentável “Baía Babitonga” na sociedade francisque**

A Baía Babitonga é uma das primeiras formações estuarinas da Região Sul do Brasil. Localizada no Norte de Santa Catarina, formado entre a Ilha de São Francisco e o continente, a baía tem uma área total de 154 km<sup>2</sup> e seu complexo hídrico possui 1.400 km<sup>2</sup>. Além disso, graças à sua extensão, a Baía Babitonga abrange os municípios de São Francisco do Sul, Araquari, Joinville, Garuva e Itapoá. (KNIE, 2002)

Embora a Baía banhe várias cidades, ela possui uma relação mais próxima com o município de São Francisco do Sul., no âmbito do presente artigo. Tendo em vista que a baía cobre toda a extensão da margem oriental da cidade, conforme S. Thiago (1941). Quando se fala dessa formação geográfica, é oportuno mencionar que a nomenclatura “Baia Babitonga” reflete a denominação correta.

Nas palavras de Mário Bernstorff escritor francisquense, o nome mais correto deve ser “Baia Babitonga”, sem a preposição “da”. O autor refere:

Por favor não falem nem escrevam Baía DA Babitonga ou DE Babitonga! Babitonga é nominativo, isto é, um nome próprio. BABITONGA, é o nome da nossa baía, corruptela do nome indígena, que os índios davam, não á terra, como muitos pensam, mas a baía. (Carlos da Costa Pereira in “História de São Francisco do Sul”) Assim sendo, a construção usando a preposição DE ou contraída usando o artigo “A” (DA), indica (do latim) um GENITIVO dando idéia de posse da baía para a Babitonga quando ela não pode pertencera si mesma pois já é Babitonga, um NOMINATIVO. Exemplos claros são: a rua Babitonga, o antigo vapor Babitonga, e agora o atual Terminal Babitonga. Vamos corrigir este vício de linguagem para que o erro não se perpetue? BAÍA BABITONGA somente e estamos conversados!(BERNSTORFF. 2008 p. 02)

Na percepção de Pereira (2004, p. 23-24), a origem do nome é indígena. Provavelmente, o termo Babitonga advém do tupi-guarani língua dos índios carijós e deriva de “ibiporanga” (ibi- terra; poranga- formosa). Ao tratar deste assunto, convém referir que em São Francisco do Sul há aldeias indígenas. Ou seja, a cidade também possui comunidades tradicionais, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, Censo 2010. São Francisco do Sul foi descoberta por franceses e colonizada por portugueses, segundo dados do Museu Histórico Municipal.

A partir destas breves explicações, vale comentar sobre o desenvolvimento da terceira cidade mais antiga do país. O ambiente favorável para a pesca e atividades marítimas permitiu que a cidade tivesse também um Terminal Portuário. Conforme dados do Site Institucional do Porto de São Francisco do Sul, em 1950 foi criada a Autarquia Estadual Administração do Porto de São Francisco do Sul.

Em razão das atividades portuárias que ocorrem na cidade, mais especificamente na Baía Babitonga pela proximidade com o Porto. Faz-se necessário que a Baía seja protegida por todos (sociedade civil, entes públicos e privados). O Art. 225 da Constituição Federal estipula que “ todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo [...]”.

A Constituição prevê a proteção do meio ambiente, para que se previna desastres ambientais e econômicos. Decorrentes da exploração do ecossistema sem as devidas cautelas. No já citado Art. 216, em especial no Inciso V, “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” Evidencia-se como bem cultural, a paisagem e a ecologia e em sentido lato, a própria natureza.

Logo depreende-se da Legislação em comento, que Patrimônio Ambiental é um elemento da categoria Patrimônio Cultural, independente dos diversos sinônimos que a questão ambiental assume nos bastidores de cada área, comprovando sua natureza interdisciplinar.

Segundo Milton Santos (1985, p.09), os conceitos são mutáveis e a natureza pode sim mudar, “[...] a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos do todo.” Referia-se o autor, as mudanças de discurso para atender interesses que nem sempre são os melhores para o bem comum. Paisagem, ecologia, meio ambiente, biosfera, biodiversidade são todos, Patrimônios para a Legislação Pátria. A sua proteção é um Direito de todos e também o seu dever de cuidado.

No campo jurídico, sobre a temática Patrimônio Cultural e Meio Ambiente assevera Souza Filho:

O patrimônio ambiental, natural e cultural, assim, é elemento fundamental da civilização e da cultura dos povos, e a ameaça de seu desaparecimento é assustadora porque ameaça o desaparecimento da própria sociedade. Enquanto o patrimônio natural é garantia de sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema – ar, água e alimentos para viver, o patrimônio cultural é garantia de sobrevivência social dos povos, porque é produto e testemunho de sua vida. Um povo sem cultura, ou dela afastado é como uma colméia sem abelha rainha, um grupo sem norte, sem capacidade de escrever sua própria história, sem condições de traçar o rumo de seu destino.(2011, p. 16)

A sustentabilidade da Baía decorre da sua rica biodiversidade e dos bens culturais envolvidos. Ou seja, quando por exemplo utilizamos o exemplo de São Francisco do Sul, por ser considerado o povoado mais antigo de Santa Catarina, a



cidade que detém patrimônios históricos, paisagísticos, arqueológicos, belezas naturais, comunidades tradicionais, celebrações religiosas e artístico culturais. Isso como um todo, torna-se um grande palco cultural, que bem representa e ilustra o conceito de patrimônio cultural e essa simbiose que permeia o patrimônio ambiental.

A consciência ambiental emergiu em 1960, e se expandiu na década de 70 com a Declaração de Estocolmo (1972). Foi em 1983, que foi criada uma Comissão Mundial sobre Meio ambiente, com intuito de avaliar os avanços nos processos de degradação e produzir Políticas Públicas para a redução da mesma. O resultado disto foi o documento intitulado de Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum) em 1987. O Relatório tratou de debater as disparidades entre países e os meios para se colocar um fim na crise econômica, a dívida externa dos países de 3º mundo que era muito alta, o relatório propôs, que os países chegassem a um consenso, para reduzir as disparidades econômicas. Foi a partir deste documento que foi incorporado na Constituição Federal o dever de proteger o ambiente para as gerações futuras, demonstrando o pioneirismo da Carta Magna brasileira. Sobre o Relatório de Brundtland, entende Leff (2001, p. 19) que foi a opção por “processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

Mas foi em 1992, na Conferência do Rio (ou ECO-92), que o discurso da sustentabilidade alcançou maior relevância. Segundo Leff (2001), a sustentabilidade surgiu em contraponto ao crescimento econômico desenfreado. Assim, houve um momento de escassez econômica global, e a consequência foi o aumento da degradação ambiental. Nesse contexto, foram traçados limites para a racionalidade econômica, trazendo um desafio para a modernidade. A isto se chamou de crise ecológica. Neste momento, para Leff (2001, p. 17) o “Ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais”.

Por outro lado de pensamento, Rattner (1999) defende a Sustentabilidade em uma perspectiva humanista, que preconiza um desenvolvimento econômico atrelado a preocupação ambiental. Pontua Rattner:



# XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

O mais importante avanço na evolução do conceito de sustentabilidade é representado pelo consenso crescente que esta requer e implica democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. (1999, p. 240)

Disso entende-se, que a idéia proposta pelo autor é que os diversos atores sociais devem se unir e construir um discurso único para conseguir políticas públicas para a proteção do patrimônio cultural e natural.

## CONCLUSÃO

Portanto, na atualidade, é relevante tratar do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Ambiental conjuntamente, sempre observando a Constituição Federal e a Legislação existente sobre o assunto com foco na sustentabilidade e no bem comum. Somente pensando os conceitos inter-relacionados é que poderemos garantir de forma efetiva a Proteção cultural e ambiental. Talvez esse seja um caminho para chegarmos ao tão sonhado desenvolvimento sustentável.

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antonio. Patrimônio cultural: desafios e perspectivas atuais. In: **Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda**. Brasília: UNESCO, IPHAN, MINC, 2008.

BERNSTORFF, Mário. **Notas sobre a Baía Babitonga e Porto de São Francisco do Sul-SC**. 2ª Ed. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 15 de Nov. de 2015.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000, Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)> Acesso: 30 mai 2015

BRASIL, **Decreto Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937 Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)> Acesso: 30 mai 2015

CHUVA, Márcia. Por uma história da Noção de Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, s.v., n.34, pp.147-164, 2012.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. In: Funari, Pedro Paulo A./ Pelegrini, Sandra C. A./ Rambelli, Gilson (orgs.) **Patrimônio Cultural e Ambiental - Questões Legais e Conceituais**. São Paulo: Annablume, 2009.

GONÇALVES, Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, Regina; Chagas, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª edição Rio de Janeiro: Lamparina. 2009

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Disponível: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421620&idtema=130&search=santa-catarina|sao-francisco-do-sul|estimativa-da-populacao-2015->> Acesso:18 nov. 2015

IPHAN, **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>> Acesso: 29 mai. 2016.

KNIE, J.L.W (coord). **Atlas ambiental da Região de Joinville: Complexo hídrico Baía da Babitonga**. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p.7-28, dez. 1993.

PREFEITURA, **SÃO FRANCISCO DO SUL**  
<<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/c/datas-comemorativas#.V0SgieQy-70>>  
acesso: 24 mai. 2016

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade: Uma Visão Humanista**. Ambiente e Sociedade, jul/dez. 1999, n. 5, p. 233-240. Disponível: <[www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20](http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20)>. Acesso: 24 out. 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3ª Ed. Curitiba: Juruá, 2011.